

IMPASSES PARA UMA ÉTICA DA SUSTENTABILIDADE

(Stalemates for an ethic of sustainability)

Élio Estanislau Gasda SJ *

1. Estado da questão

Convocar a ética para o debate sobre a sustentabilidade significa integrá-la na reflexão sobre a forma de pensar e orientar nosso estar no mundo e dirigir a atenção aos fins. A dimensão ética é tão importante quanto os componentes técnicos e políticos de um ideal de sustentabilidade. Neste sentido, o ponto de vista da ética sofreu uma evolução teórica nas considerações e nos enfoques sobre o desenvolvimento humano, começando pela mudança que significou a passagem de uma *ética da assistência* a uma *ética do desenvolvimento econômico*¹. Atualmente, a ideia da sustentabilidade tornou-se um dos tópicos mais característicos que, segundo a visão de mundo dotada de uma ética correspondente à sua estrutura (Gramsci), apresenta os impasses aparentemente insolúveis da sua própria geração: crescimento econômico e distribuição justa da produção, ou conservação dos recursos naturais limitados em benefício das futuras gerações? Como resolver a contradição entre necessidades humanas e capacidades da natureza? A ideia de sustentabilidade implica uma mudança de racionalidade que estabeleça pontes entre o econômico e o ecológico.

* Departamento de Teologia da FAJE – Belo Horizonte. Artigo submetido a avaliação no dia 05/02/2009 e aprovado para publicação no dia 17/03/2009.

¹ Mudança ocorrida a partir dos anos 60, representada no âmbito eclesial pela publicação da encíclica *Populorum progressio* de Paulo VI (1967). A inestimável importância deste documento para a Igreja foi reconhecida Bento XVI na encíclica *Caritas in veritate* (2009).

2. O impasse e suas variáveis

Sociedade de crescimento, trabalho e qualidade de vida

As políticas tradicionais de desenvolvimento são importadas diretamente da razão econômica. Os problemas ecológicos e as estratégias de preservação da vida no planeta são abordados considerando-se, em primeiro lugar, o bem estar econômico dos povos como condição necessária para a redução dos níveis de pobreza. A partir da modernidade ocidental, existe uma redução da qualidade de vida ao crescimento econômico. Logicamente, o motor de uma sociedade de crescimento só pode ser uma economia de crescimento. Parece irônico, mas uma equação assim, tão simples quanto dois mais dois são quatro, é o eixo de toda a civilização ocidental moderna. Trata-se de um dos *dogmas sócio-econômicos*, pois a fé no crescimento como a solução para os problemas sociais é de fácil comprovação: geração de emprego e renda, desenvolvimento de novas tecnologias a serviço da saúde, da educação. Numa palavra: qualidade de vida.

Dogma sócio-econômico confessado e assumido pela ONU como projeto de civilização. Segundo a OIT², a América Latina e o Caribe possuem 563 milhões de habitantes. A grande maioria, mais de 350 milhões, vive em situação de extrema pobreza. Esta situação reflete o que ocorre no mercado de trabalho, meio privilegiado de sustento e progresso das famílias, pois o déficit de emprego formal afeta mais de 150 milhões de trabalhadores. O fato objetivo é que desde 2002 existe um *boom* das exportações na região graças ao incremento da demanda e dos preços internacionais de produtos de exportação (soja, petróleo, minério etc.) elevando o PIB de -0,6% em 2002 a 5,9% em 2004. Este crescimento dinamiza o mercado de trabalho, gera emprego e renda e está reduzindo os níveis de pobreza extrema dentro dos prazos das *Metas do Milênio*. Logo, o primeiro objetivo para a América Latina e Caribe não é outro que o crescimento econômico. A receita se resume em aumentar o índice de produtividade e de competitividade do continente. Maior produtividade gera mais competitividade para reforçar um crescimento econômico sólido e permanente, favorecendo o aumento dos investimentos – privado e público –, a inserção na economia global, a promoção das exportações e das relações comerciais com aumento de investimentos públicos.

A partir da emergência dos países mais pobres, como promover melhores condições de vida para populações que vivem em condições desfavoráveis, sem repetir o mesmo modelo de crescimento econômico dos países que atingiram condições de vida elevadas a um custo ambiental igualmente alto? Como dar às sociedades o que necessitam sem aumentar o risco de levar o planeta ao colapso?

² Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica (2006-2015). Disponível em www.eclac.org.

A contradição interna do Produto Interno Bruto

Segundo a lógica econômica, o aumento do PIB é o sinal mais evidente de progresso. Não há como gerar emprego nem ter qualidade de vida sem um crescimento do PIB de pelo menos 5% ao ano. O PIB mede em valores monetários o crescimento da riqueza anual a partir do cálculo do aumento da riqueza material, rendas e nível de consumo. O aumento do PIB está unido ao aumento da extração e produção de petróleo, gás, minério. Os recursos naturais adquirem valor econômico quando colocados no mercado. O PIB contabiliza o que esgota recursos. Abater árvores para exportar madeira, extrair petróleo, ferro, ou carvão é destruição de um capital natural que não estará disponível para gerações futuras. É como vender a mobília da casa em que os netos habitarão.

A contradição consiste em que se o crescimento da atividade econômica ultrapassa os limites tolerados pelo meio ambiente, acaba saindo muito mais caro do que se possa imaginar, ou seja, é um crescimento antieconômico, é *entrar no vermelho*³. Mas, como a sociedade se abala ao menor sinal de índices negativos do mercado financeiro, a discussão em torno do uso dos recursos naturais acaba sem ter começado. Os padrões de produção, de consumo e de qualidade de vida estão engessados pela ideia de desenvolvimento econômico. Ora, se a análise ética depende do que se entende por desenvolvimento, estamos diante de uma ética também engessada? A ideia de desenvolvimento proposto inicialmente por Amartya Sen, por exemplo, prioriza os fins em lugar dos meios, *formulado em termos de princípios éticos*: Não se pode medir o progresso dos povos e das sociedades pelos indicadores macroeconômicos, que são meios, mas devem ser considerados os fins: qualidade de vida, acesso ao conhecimento (educação) e aos recursos necessários para uma vida digna⁴.

Crescer para consumir

O consumo é outra variável do dogma do crescimento. Os impasses entre questão ambiental e crescimento econômico estão intimamente vinculados ao consumo. A sociedade do crescimento é uma sociedade de consumo. A metamorfose do conceito consumo impressiona. *Consumir*, em sua raiz etimológica original, significa destruir, saquear, acabar. No final dos anos

³ Segundo cálculos de Edward Wilson (um dos pais da biodiversidade), se admitimos que o crescimento econômico seja a solução para o mundo e que este seja de 3,5% ao ano, é modesto em comparação aos 7% a 10%, exigidos ao Brasil ou Índia. O PIB mundial hoje é da ordem de 40 trilhões de dólares anuais. Se crescer 3,5% ao ano, no século XXI teremos um PIB mundial de 158 trilhões de dólares. Mas não há recursos naturais capazes de suportar esse crescimento.

⁴ A. SEN, *Resources, Values and Development*, Oxford: Basil Blackwell, 1984. Também: A. SEN, *Concepts of Human Development and Poverty: A multidimensional perspective*, PNUD, Human Development Papers, Nova York, 1997.

20 a palavra foi empregada para referir-se à pior das epidemias da época: a tuberculose. A sociedade do novo milênio se caracteriza como uma sociedade de consumo: “a felicidade é proporcional ao volume de consumo” (Jean-Baptiste Say).

A condição prévia para que o indivíduo faça parte da sociedade de consumo é a inserção no mercado de trabalho, tenha um emprego formal de onde possa obter rendimentos que o convertam em consumidor. Ora, a outra variável desta equação, tão simples como a anterior: para garantir emprego e renda é necessário aumentar o consumo, que gera aumento de produção, que gera mais renda e trabalho e... mais consumo. Consumir significa eliminar, destruir, recuperando seu sentido original⁵. Precisariamos de quatro planetas para sustentar a sociedade de consumo dos países desenvolvidos. A civilização ocidental está educada em uma cultura do desperdício, de industrialização predatória, baseada no pressuposto de que os recursos naturais são ilimitados. O planeta não tem energia, nem matérias-primas para tantos consumidores.

3. Alternativas técnico-econômicas

Se o modelo econômico capitalista tem sido incapaz de responder às demandas sociais do presente e de atuar com responsabilidade com o futuro da humanidade, então é preciso mudar o modelo. Mas como fazê-lo? Na intenção, consenso. Na execução, os defensores do *crescimento sustentável* não se entendem com os teóricos do *a-crescimento sustentável* (*decrescimento*).

Eco-economia, ou desenvolvimento sustentável

Formatada em 1987 no relatório de Gro Harlem Brundtland, a ideia vem sendo debatida publicamente a partir da Cúpula da Terra (Rio-92). O projeto de uma reorganização ecológica da economia harmonizada ao crescimento econômico é a grande bandeira de Amory Lovins (*Rochy Mountain Institute*), Ernst Ulrich von Weizsäcker em seu livro *Fator 4*, e Lester Brown (fundador do *Worldwatch Institute*), autor do livro *Eco-economia*. Os primeiros, a partir de uma análise detalhada das previsões feitas pelo Clube de Roma sobre os limites do crescimento, defendem que atualmente existem meios para consumir menos energia e recursos naturais sem reduzir a oferta de bens de consumo e de serviços. É o *fator 4*: produzir o mesmo destruindo 4 vezes menos. Diante da inércia dos mecanismos de mercado, Lester Brown defende uma maior intervenção do Estado, investimento em

⁵ Z. BAUMAN, *Trabajo, consumismo y nuevos pobres*, Barcelona: Gedisa, 2000.

políticas públicas e na reforma do sistema fiscal que leve em conta o meio ambiente. Para conciliar crescimento e ecologia, a solução pode estar na *ecoeficiência*: diminuir as agressões à natureza até atingir um grau de compatibilidade com as possibilidades do planeta. Por si só, os investimentos na mudança da infra-estrutura urbana e na reconfiguração dos meios de produção industrial seriam geradores de crescimento.

A justaposição das duas palavras é o seu encanto. Mas isso não seria uma forma de *neoliberalismo ecológico*? O desenvolvimento é sustentável? Não seria uma daquelas expressões do tipo *falso-amigo* para confundir, quando as expressões acumulação de capital, exploração da força de trabalho e utilização da natureza para fins lucrativos são a melhor tradução para o capitalismo? Ao menos, com o desenvolvimento *insustentável*, poder-se-ia manter a esperança de que esse processo chegasse a seu fim para, desta forma, trabalhar na direção de um pós-desenvolvimento mais racional. Mas, não. O *desenvolvimento sustentável* nos promete desenvolvimento pelos séculos dos séculos.

Decrescimento, ou a-crescimento

Para alguns, “não há a menor dúvida de que o desenvolvimento sustentável é um dos conceitos mais perniciosos” (Georgescu). Para outros, “desenvolvimento sustentável” é uma “detestável terminologia” (S. Latouche). O primeiro é o romeno Nicholas Georgescu-Roegen⁶, aluno de Joseph Shumpeter, professor em Harvard e pai da teoria. A proposta do desenvolvimento sustentável é falaciosa, pois é impossível solucionar os problemas ambientais aumentando a produção material. Não basta estabilizar a atividade econômica. É preciso fazê-la decrescer. Para o economista romeno, a civilização contemporânea deverá ter a coragem de abandonar a crença no *dogma sócio-econômico do crescimento* para buscar um modelo de sociedade compatível com o decréscimo da produção. Georgescu tinha esperança de que, num espaço de tempo muito breve, a ecologia absorveria a economia.

Dez anos após sua morte, o panorama está se transformando de forma acelerada, fazendo com que sua tese deixe de ser considerada uma *heresia*

⁶ N. GEORGESCU-ROEGEN, *The Entropy Law and the Economic Process*, Cambridge: Harvard University Press, 1971. O autor realizou contribuições pouco ortodoxas que transpassavam os limites convencionais da economia hegemônica. De caráter transdisciplinar, é conhecido por seu enfoque evolutivo e biológico da economia. Sua obra entrelaça conceitos filosóficos, econômicos, físicos e biológicos. Em *Lei da entropia e o processo econômico* (1971) explica as relações entre física, economia e ecologia para mostrar as contradições das teorias econômicas. Imigrante, destacou-se também por sua luta em defesa dos imigrantes ao empenhar-se pela livre circulação das pessoas sem necessidade de passaporte ou visto.

sócio-econômica. A questão ambiental está deixando de ser apenas mais uma variável da equação, e passa a integrar de forma determinante os planejamentos estratégicos da sociedade contemporânea.

Para o economista francês Serge Latouche⁷, a única alternativa possível contra a destruição da vida no planeta está no abandono da ideia do crescimento pelo crescimento cujo motor não é outro que a corrida pelo acúmulo do capital. O a-crescimento abre a possibilidade real de deixar às gerações futuras um planeta no qual será possível viver bem, com menos consumismo, mais segurança e maior esperança no futuro. Defender o a-crescimento é contestar o *dogma sócio-econômico* do crescimento econômico e do progresso material como único motor do processo civilizatório.

Mas, a sociedade teria capacidade de fazer o indivíduo alcançar a felicidade sem recorrer ao *dogma sócio-econômico* do crescimento? No modelo de sociedade em vigor, a desaceleração do crescimento mergulharia a todos na angústia e no drama do desemprego, no eclipse da assistência social e dos projetos culturais, na crise dos direitos sociais etc., que garantem algo de qualidade de vida. Nada pior do que uma civilização do trabalho sem trabalho (H. Arendt). Nada pior do que uma sociedade de crescimento sem crescimento.

Não se deve confundir o a-crescimento como um crescimento negativo; esta atitude revela a dominação do economicismo no nosso imaginário. Portanto, o primeiro passo é descolonizar o imaginário para libertar a sociedade do *dogma sócio-econômico*. Para conceber a sociedade de a-crescimento é preciso sair da economia. É preciso descolonizar o imaginário, pois o a-crescimento só é possível numa sociedade de a-crescimento: podemos ser felizes com menos consumo e menos cartão de crédito. Por que não atrever-se a redescobrir que a verdadeira riqueza está no desenvolvimento das relações sociais em um planeta sadio e sem data de vencimento? Por que não acreditar que esse objetivo pode ser alcançado com serenidade e sobriedade? Não se pode ser mais feliz com austeridade e simplicidade de vida? Em que medida o indivíduo está pronto a resistir à colonização das necessidades fabricadas socialmente?

4. Diagnóstico ético: o individualismo narcisista

Qualquer consideração ética deve levar em conta a causa primeira destes tempos de equações simplistas e dogmas falaciosos que geram crises e muita confusão: o individualismo radical, a banalização da vida e o culto

⁷ S. LATOUCHE, professor na Universidade de Paris. Obras: *La déraison de la raison économique*, Paris: Albin Michel, 2001; *Justice sans limites – Le défi de l'éthique dans une économie mondialisée*, Paris: Fayard, 2003; *La pensée créative contre l'économie de l'absurde*, Paris: Parangon, 2003.

do imediatismo. A autonomia ética do sujeito como o supremo princípio da moralidade de Kant (1724-1804)⁸ converteu o homem no dono do universo. A apoteose do *eu* individual foi consumado dentro das estruturas de isolamento e separação do *outro*. Encastelado em seu antropocentrismo, todos os espaços para uma relação gratuita e livre entre o ser humano e a natureza foram bloqueados. *Homo faber*, construtor de muralhas e fossoes sem beleza, em defesa do reino do *eu*, ignorando a debilidade do *outro* e os limites da mãe-terra. Todo o existir humano foi afetado por esta concentração no *eu* individual. Em política, para o ideólogo da revolução inglesa e fundador do liberalismo, John Locke (1632-1704), o homem é um ser racional egoísta que busca primeiramente sua auto-preservação⁹. Em economia, o autor de *A riqueza das nações* (1776), Adam Smith (1723-1790), funda a economia capitalista no funcionamento de mercado com base no interesse de cada indivíduo (*amor por si mesmo*). O cálculo individual (*minha propriedade, meu bem estar*), condiciona as opções éticas da sociedade. Smith teorizou esta realidade da individualização do bem e ofereceu o substrato teórico da *mão invisível* como um instrumento para alcançar a coerência entre interesse individual e coletivo¹⁰. Três séculos depois, assistimos à *mão invisível* destruindo instâncias institucionais indispensáveis para a busca do bem comum do presente e das futuras gerações.

As possibilidades de uma sociedade realmente sustentável foram eliminadas pelo tipo de relação desenvolvido entre o ser humano e a natureza a partir da Revolução Industrial: o homem contra a natureza, o homem contra outro homem, a tecnologia como a solução de todos os problemas, o crescimento econômico como o caminho da felicidade. O industrialismo, o mercado, a tecnologia, a ciência em sua versão dominante foram incapazes de oferecer bem estar e qualidade de vida, tão prometidos. O *novo mundo feliz* que oferecia a civilização industrial conduzida pela *mão invisível* é hoje uma realidade reduzida a um número limitado de seres humanos. Um modelo civilizatório fracassado e compatível com as possibilidades do Planeta: a terra tem limite.

⁸ I. KANT, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785), São Paulo: Nacional, 1964.

⁹ J. LOCKE, *Segundo tratado sobre o governo civil* (1690), Petrópolis: Vozes, 2006.

¹⁰ A. SMITH, *A teoria dos sentimentos morais* (1759), São Paulo: Martins Fontes, 2002. Em síntese, a ideologia liberal gira em torno a esta certa “mão invisível” que harmoniza as condutas individuais. Atitudes egoístas e viciadas produzem consequências positivas e vícios privados se convertem em virtudes públicas. Hume, por exemplo, defende o luxo e a satisfação dos prazeres porque são fonte de criação de riquezas, e por isso não se pode restringir o comércio; Mandeville observa que as condutas egoístas trazem benefício público; e para Benjamin Constant, a liberdade individual é a base sobre a qual repousa a ética.

5. A ruptura necessária

A crise ambiental é a manifestação de uma crise mais ampla e profunda, uma crise de sentido, crise de paradigmas a partir dos quais construímos nossa interpretação do real. Uma crise de sentido é uma crise dos fins, dos *porquês* e *para quês*, uma crise *ética*. Portanto, o problema que enfrentamos como humanidade é primordialmente um problema ético. O enorme desenvolvimento técnico-econômico não foi acompanhado de seu equivalente desenvolvimento ético: tecnologicamente avançados, eticamente subcivilizados. A pergunta pela sustentabilidade coloca no centro a questão se seremos capazes de sobreviver como humanos sem autodestruir-nos. A ruptura necessária exige paradigmas, valores e lógicas sociais pós-capitalistas. Significa transitar de um modelo onde predomina o automatismo do mercado para outro em que prevalece a consciência de responsabilidade de nossas ações. Neste contexto, surge o conceito de sustentabilidade.

Sustentabilidade: Um novo paradigma?

O conceito de *sustentabilidade* é utilizado por vários autores que atuam no contexto do pensamento ético contemporâneo como uma alternativa ao de *desenvolvimento sustentável*, para afirmar que a sustentabilidade do desenvolvimento anuncia o limite da racionalidade econômica. Um conceito novo. E tudo o que é novo interpela, questiona, desperta imaginários empoeirados. A dimensão de *novidade* do conceito começa a questionar a realidade vigente revelando outras possibilidades e projetos de civilização. A ideia de sustentabilidade pode ajudar a desenhar uma nova visão, uma nova compreensão do real, pois a mudança fundamental a ser realizada não está somente no plano da tecnologia, da política ou da economia, mas no plano das convicções, pois são elas que determinam o mundo que habitamos. Enfim, o conceito de *sustentabilidade* carrega um forte conteúdo ético: evoca uma *ética da sustentabilidade*, radicalmente distinta da ética das grandes corporações empresariais orientadas pela competitividade e pelo lucro ilimitado.

A responsabilidade pelo desprotegido

Nas sociedades pré-capitalistas o *eu* não se entendia sem relação à comunidade, ao *outro*. O ocidente capitalista redesenhou o *eu* como uma entidade individual, isolada e separada do coletivo, e confiou à *mão invisível* toda a responsabilidade pela sociedade. Não sem razão, o principal desafio de uma ética da sustentabilidade é a abertura ao *outro*, especialmente ao outro desprotegido, o pobre, ou seja, a absoluta maioria da humanidade. Os pobres são as primeiras vítimas dos desequilíbrios ambientais e das crises econômicas. Não se pode falar de considerações éticas de valor

universal se não há um reconhecimento das escandalosas desigualdades entre opulência e miséria, alta tecnologia e fome, exploração dos mistérios do espaço e desesperança de milhares de seres humanos. É constrangedor pensar nas necessidades das futuras gerações quando nem sequer as necessidades das gerações atuais estão cobertas. Uma sociedade minimamente racional assegura a sobrevivência da sua espécie. Do ponto de vista ético, a sustentabilidade exige resolver os problemas da pobreza e da igualdade. Não há sustentabilidade sem solidariedade com os pobres de hoje. A normatividade do acesso aos bens naturais deve garantir sua condição de bens públicos como também a equidade de sua distribuição. Dela depende a vida do pobre. Por não permitir que o outro desprotegido seja apagado do horizonte, a ética nos introduz, necessariamente, na esfera da administração da justiça social e exige que os responsáveis pelos prejuízos compensem suas vítimas.

Viver com sabedoria

Van R. Potter (1971), criador do termo *Bioética*¹¹, afirmava que o conceito de *desenvolvimento sustentável* é muito antropocentrista e carente de equilíbrio entre presente e futuro, pois *sustentável* é entendido somente em termos econômicos, e *desenvolvimento* evoca êxito econômico empresarial ou incremento de patrimônio pessoal. Por esta razão, Potter sugere o conceito de *sobrevivência aceitável*, definido como um *antropocentrismo ilustrado*, com uma visão de longo prazo somada a imperativos morais específicos: *dignificação universal da pessoa humana, direitos humanos, saúde humana*. Recentemente, Potter e Whitehouse¹² propuseram uma *Bioética Profunda*, concebida como uma busca da “sabedoria” que oriente a utilização do conhecimento para o bem social combinada com *conhecimento ecológico* e sentido de responsabilidade moral pelo humano. Esta sabedoria de vida e este conhecimento ecológico são totalmente incompatíveis com a sociedade de consumo, qualificada por Potter de *sobrevivência irresponsável*, pois resulta de uma cultura dominante fundada em um consumo desmedido conectado à depredação dos recursos naturais. Viver com sabedoria exige conhecimento ecológico profundo e um sério compromisso moral que nos mostre o que deve ser feito para sobreviver humanamente *agora e depois*.

Des-atomizar a realidade

Dentro da complexidade do debate em torno à *sustentabilidade*, a espiritualidade ocupa um lugar importante. Assim como os valores econômicos e políticos devem orientar os consensos em relação ao bem comum

¹¹ V.R. POTTER, *Bioethics. Bridge to the future*, New Jersey: Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs, 1971.

¹² V.R. POTTER / P.J. WHITEHOUSE, “Deep and Global Bioethics for a Livable Third Millenium”, *The Scientist*, (1998/nº 12).

na sociedade, os valores humanos e espirituais são importantes na defesa e preservação da vida. Deste acervo, elegemos a *memória* e a *unidade*.

Uma característica marcante da civilização moderna economicista é a tendência à fragmentação: separar sociedade de natureza, público do privado, sentimento de pensamento, corpo de espírito, ciências das artes. A atomização da existência impede uma visão conjuntural ou integral da realidade, é fator de desequilíbrio humano. O olhar memorial abre o espírito humano ao ato penitencial diante dos equívocos para, ato seguido, convocar ao bom propósito. Antes de decidir sobre o humano, dever-se-ia consultar sua passagem no tempo histórico, o legado recebido e as heranças deixadas aos descendentes. O recurso à *memória* se converte numa forma possível de esperança e solidariedade. É a ética que entende a história humana de forma integral, onde as decisões são tomadas com um olhar memorial, consciência presencial e responsabilidade geracional.

A espiritualidade contempla a história como *unidade*. Em oposição às visões parciais e fragmentadas da realidade, outro modelo de sociedade poderia inspirar-se na forma como a espiritualidade apreende a realidade e sua visão harmônica da vida. Sustentabilidade tem a ver com harmonia. Ultrapassar certos limites desfaz equilíbrios e compromete a harmonia do movimento. Uma visão harmônica permite reconhecer e respeitar os limites e mistérios da vida. Avançar de forma equilibrada para viver de forma pacífica, fraterna e duradoura.

Independentemente de aceitarmos a sustentabilidade como paradigma civilizatório, é hora de optar por uma ética anti-sistêmica. Valores são sistêmicos, suscitados pelo sistema e contribuem para reforçá-lo. Mudança de sistema é mudança de valores: responsabilidade ambiental, solidariedade, austeridade. É utópico? Nem tanto. Basta romper com a ditadura do individualismo narcisista radical.

Élio Estanislau Gasda SJ é mestre (2005) e doutor (2010) em teologia moral pela Pontifícia Universidade Comillas de Madrid (UPC) e professor de Moral Social na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), em Belo Horizonte, MG.

Endereço: Rua Roberto Lúcio Aroeira, 318 (Itapoã)
31710-570 Belo Horizonte – MG.
e-mail: gasdasj@hotmail.com